

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS, MULHERES E JUVENTUDE: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS ÁREAS DE ESPORTE E LAZER¹

Ricardo Lira de Rezende Neves

Universidade Federal de Goiás, Goiás, Goiânia, Brasil

Carlo Henrique Golin

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, Mato Grosso do Sul, Corumbá, Brasil

Luís Carlos Lira

Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Juiz de Fora, Brasil

Tânia Mara Vieira Sampaio

Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, Brasília, Brasil

Luis Otávio Teles Assumpção

Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, Brasília, Brasil

Resumo

Objetivamos com este estudo analisar introdutoriamente como as publicações oficiais brasileiras que orientam as Políticas Públicas para as minorias, em especial, as voltadas aos grupos étnico-raciais, mulheres e juventude, tem focado as áreas de esporte e lazer. Para tanto fizemos um levantamento dos documentos balizadores recentes de diversas Secretarias de Estado, sobretudo os materiais que apontam indicadores das desigualdades sociais, ampliando o debate com outros teóricos da área/tema. Os resultados demonstram que as Políticas Públicas, historicamente, foram ampliadas, porém visam mais a estabilidade das desigualdades e necessitam ser pensadas com novas configurações que considerem os princípios da equidade, participação e cidadania.

Palavras chave: Políticas Públicas; Minorias étnico-raciais; Publicações Governamentais; Esporte e Lazer

Introdução

Este estudo se refere a Políticas Públicas (PP) voltadas para minorias, em especial, aquelas direcionadas aos grupos étnico-raciais, mulheres e da juventude.

As PP são ações, metas e planos do governo estruturados nas esferas federal, estadual e municipal, que visam à melhoria das condições gerais de vida dos membros de uma

¹ Este trabalho contou com o auxílio financeiro recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC).

sociedade e o interesse público. Para Assumpção (2010, p.14) as PP “são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política”. Segundo a autora, também trata-se de um processo pelo qual diversos grupos que compõem a sociedade tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto da sociedade.

Construir PP para essas minorias pressupõe uma tarefa fundamental ao Estado, neste caso, avaliar as conjunturas gerais da vida de sua população com o propósito de viabilizar a redução das desigualdades de tratamento dos diferentes grupos minoritários torna-se tarefa *Sine qua non*.

Neste sentido, diversas Secretarias de Estado são constituídas com a finalidade de reverter, amenizar, diminuir desigualdades sociais, em nosso caso, particularmente nas áreas de esporte e lazer. Contudo, apesar dos esforços do Estado e da criação de diversas Secretarias, o desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social não tem, historicamente, se consolidado no Brasil. As desigualdades sociais continuam imensas, persistindo uma enorme vulnerabilidade das condições de vida, em particular dos grupos mais carentes, praticamente excluídos do acesso aos bens e serviços.

Esta fragilidade social se apresenta nas mais diferentes áreas: no mercado de trabalho, na saúde e persistência/expansão das doenças da pobreza, no aparecimento de novas enfermidades, na insegurança e nos “pânicos urbanos” (CARVALHO, 2006), na dificuldade de mobilidade urbana, nos preconceitos e segregações de raça, etnia e gênero, como também no esporte e lazer.

Na busca dessa melhoria das condições e qualidade de vida, entendemos que o esporte e o lazer podem também desempenhar importante papel. Não por acaso, nas últimas décadas, tem sido objeto de PP dos governos brasileiros, chegando mesmo, na Constituição Federal de 1988 a receber capítulo exclusivo (BUENO, 2008).

Breilh (2006), ao discutir as relações entre o desporto e a humanização da vida, mostra suas diferentes interfaces com a saúde, defendendo o quanto pode contribuir no combate ao sofrimento e ao desenvolvimento da coletividade. No entanto, este autor também expõe pontos para a reflexão. Embora ciente da contribuição do desporto para o desenvolvimento da aptidão física das pessoas e para a qualidade de vida (pressuposto para o desenvolvimento integral das comunidades), no mundo capitalista seu papel tem sido bastante distorcido. Breilh explica o quanto o cenário atual é “sombrio”, especialmente em virtude da espetacularização crescente do esporte que acompanha *pari passu* a mercantilização da vida e as transformações dos direitos humanos, sociais e culturais em mercadorias. Com efeito, o esporte, como promotor da saúde, muitas vezes fica relegado ao plano secundário.

A partir desta problemática definimos o objetivo deste artigo: selecionar e analisar algumas publicações oficiais brasileiras orientadoras de PP nas áreas de esporte e lazer, sobretudo buscando identificar como estes materiais abordam estes temas nas questões étnico-raciais, no tocante às questões das mulheres e da juventude.

Para alcançar este objetivo realizamos um levantamento das publicações e documentos balizadores de diversas Secretarias de Estado, ampliando o debate com outros teóricos da área/tema. Optamos em selecionar os materiais mais recentes para a discussão do referido trabalho por considerarmos que, atualmente, tem se intensificado algumas PP do governo brasileiro, o que se traduz em dados mais recentes e possibilidades de ações norteadoras sobre a discriminação em relação às minorias e, por outro lado, por identificarmos um amadurecimento no sentido de planejar, promover, ampliar e inovar políticas públicas de

proteção social.

No que se refere à disseminação e o entendimento das políticas nas áreas do Esporte e do Lazer, realizamos um levantamento bibliográfico, de cunho qualitativo, analisando documentos governamentais sobre o assunto. Assim, selecionamos alguns originários de diferentes Secretarias: Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR); Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR). Incluímos ainda documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com a ONU Mulheres.

Os documentos foram: *Perspectivas Negras: Construindo PP na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial* de 2011; *Retrato das desigualdades de gênero e raça* de 2011; *Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres* de 2012.

Em seguida, analisamos aqueles que, de forma mais evidente, explicitaram os projetos, programas e características históricas destas PP voltadas para as questões de gênero, juventude e minorias étnico-raciais.

O artigo está subdividido em duas partes. Primeiramente apresentamos um breve panorama das desigualdades sociais e seu impacto nos grupos considerados minoritários. Em seguida analisamos, dos documentos nacionais coletados, aqueles que se referiam ao esporte e lazer, considerando as relações históricas de gênero, questões étnico-raciais e da juventude.

Juventude, gênero e raça: desigualdades nas condições de saúde e da vida em geral

Um documento que muito contribui para a formulação de PP no Brasil foi produzido pela ONU Mulheres no âmbito do “Programa Regional de Incorporação das Dimensões da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia”, em Programas de Combate à Pobreza na América Latina, denominado *O Retrato das Desigualdades*. Nele, há uma desagregação por sexo, raça/cor e etnia.

Também destacamos a situação da juventude negra brasileira delineada pela SEPPIR/PR, onde analisa-se o quanto a história de vida desta população é marcada pela exclusão, por altas taxas de mortalidade, pela limitada ascensão social e pelo precário acesso à educação, trabalho, cultura e lazer (BRASIL, 2011b). Por este motivo, esta secretaria aponta que: “as capacidades, os talentos e sonhos são tolhidos sistematicamente, não só pela repressão e violência física, como também pela violência simbólica, com as quais os jovens negros e negras se deparam cotidianamente” (BRASIL, 2011b, p. 5).

Com maior ou menor eficácia, a juventude tem sido uma preocupação do Estado, o qual tem elaborado PP com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, buscando erradicar o trabalho infantil e fortalecer políticas sociais de emprego, cultura, esporte, lazer e segurança pública. As quais têm reforçando a criação de programas voltados especificamente para a juventude, com ações de promoção da igualdade, a partir dos quais o Brasil tem se tornado referência, como ressaltado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em vários documentos da SEPPIR encontramos projetos e programas governamentais que procuram combater estas desigualdades de vida, em geral voltadas às minorias: o “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, o “PROJOVEM”, o “Programa Nacional de Qualificação-Planseq”, o “Bolsa Família”, o “Programa Universidade Para Todos”, o “PRONAF Jovem”, além das ações afirmativas para o acesso ao ensino superior, das ações de incentivo a iniciação científica e a ampliação das vagas no ensino superior e profissionalizante

(BRASIL, 2011b).

Outro documento sobre o tema estudado é o “Retrato das desigualdades de Gênero e Raça” (BRASIL, 2011a), o qual disponibilizar para a sociedade brasileira informações sobre o diagnóstico, monitoramento e implementação das políticas relacionadas às condições de vida de mulheres e negros no Brasil.

No documento é demonstrado que o racismo ainda impacta sobremaneira nas condições de vida da população negra. Destacamos alguns: a esperança de vida, ao nascer, é maior para a população branca do que para a população negra (entre os homens, respectivamente, 66,74 anos contra 70,94). O mesmo documento informa que durante os anos de 2006 e 2007 as possibilidades de um homem negro morrer eram o dobro de um homem branco, bem como as mulheres negras têm menor acesso à previdência social. Já no ano de 2008 doze por cento dos negros que apresentavam quadro de saúde ruim ou muito ruim não haviam tido consulta médica nos últimos 12 meses, sendo que entre os brancos eram 8 meses. Assim, o documento retrata que as doenças relacionadas às precárias condições de vida acometem mais a população negra (BRASIL, 2011a).

Ainda no mesmo material (BRASIL, 2011a), na apresentação, o ex-presidente do IPEA, Marcio Pochmann, argumenta que inúmeras são as denúncias e evidências sobre as desigualdades no Brasil, destacando dois aspectos fundamentais: a) as piores condições de vida das minorias com barreiras à participação igualitária em diversos campos da vida social, especialmente no conjunto das mulheres e das minorias negras; b) as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para estes grupos específicos, mas para a sociedade como um todo. Para ele o Brasil precisa proporcionar intervenções que reduzam as desigualdades e a pobreza, não mais fundamentar-se na premissa de que basta construir PP para “um conjunto homogêneo de seres humanos, sem sexo e sem raça, que deveriam, a partir deste marco conceitual, ter condições similares de acessar as políticas públicas e delas se beneficiar (BRASIL, 2011a, p. 07).

Na análise dos dados contidos no BRASIL (2011a) encontramos que as mulheres em geral, independente da raça, têm assumido de maneira significativa a chefia dos domicílios. Considerando que as famílias que possuem filhos os números passaram de 787 mil em 1999 para 4,1 milhões famílias em 2009. Este documento destaca, contudo, haver nestes domicílios uma crescente vulnerabilidade nas condições de habitação destas famílias quando chefiadas por mulheres negras.

Ao olhar para os detalhes nos dados do “Retrato das desigualdades de Gênero e Raça” verificamos que demonstram haver uma melhora na condição de alfabetização no Brasil. Em 1995, 15,5% da população com 15 anos ou mais de idade não sabiam ler nem escrever, sendo que em 2009 este percentual caiu para 9,7%. No entanto, considerando as diferenças regionais, na região Nordeste, no ano de 2009, 20,5% de negros estavam em situação de analfabetismo, contra 14,2% dos brancos. Outra discrepância no acesso à educação está no ensino superior, em 2009, a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, apenas 9,9%.

O mais grave desta situação é que na área rural nordestina, 32,6% das pessoas não tiveram acesso à educação formal (BRASIL, 2011a). Vemos que ainda há muito a fazer para melhorar as condições e as desigualdades de acesso à educação das minorias negras, em especial nas regiões mais pobres do Brasil.

Na temática Saúde o mesmo documento demonstra que em 2008 a população negra pobre (faixa de renda entre um quarto de salário e um salário mínimo) são dependentes do

Sistema Único de Saúde (SUS). A população negra atendida chegara a 67%, enquanto a branca apenas a 47,2% do público total atendido (BRASIL, 2011a).

Quanto aos planos de saúde privados a situação inverte-se: no mesmo ano, 34,9% da população branca tinha plano de saúde, enquanto que a população negra apenas 17,2% (BRASIL, 2011a). Estes dados confirmam existir diferenças de atendimento entre as populações (negras e brancas) que utilizam o SUS, demonstrando a necessidade de o órgão regulador do sistema repensar as PP quanto aos cuidados em saúde. Isto se considerarmos os desafios propostos pelo SUS, ou seja, garantir os princípios da integralidade e da equidade do cuidado.

O documento também trata de questões relacionadas ao mercado de trabalho, apresentando dados que reafirmam as disparidades fortes deste tema, impactando de forma negativa, especialmente, nas condições de vida das mulheres. Em 2009, a taxa de participação das mulheres com mais de 16 anos era de 58,9%, enquanto que a dos homens era de 81,6% (BRASIL, 2011a). Assim, confirma-se o histórico de mulheres assumindo lugares no mercado de trabalho. Por outro lado, ao analisarmos quais são as atividades remuneradas, percebemos que havia uma concentração de mulheres negras nos serviços domésticos, empregos que são considerados de menor prestígio e *status* social.

Com base nesta síntese dos dados trazidos pelo “Retrato das desigualdades de Gênero e Raça” podemos inferir que o tratamento das minorias, especialmente dos jovens, das mulheres e étnico-raciais, diante de tamanha desigualdade nas condições de vida em geral, no Brasil, permanece a formulação de PP ainda distanciadas da equidade enquanto princípio de justiça social. Os dados trazidos até aqui demonstram como é forte a falsa ideia de que para toda a população existe igualdade de oportunidades, bastando tenacidade e força de vontade para alcançar a felicidade e o bem estar social, desconsiderando, deste modo, a necessidade premente da redução das desigualdades existentes.

Essas disparidades e desigualdades na atenção às condições de vida das minorias estão também presentes nas oportunidades de experimentação e vivência do esporte e lazer. Assim, passamos agora a analisar os documentos governamentais, por nós selecionados, considerando às ações, projetos e programas historicamente formulados nas PP de esporte e lazer no contexto brasileiro, enfatizando a participação das mulheres no esporte Olímpico e no Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) desenvolvido pelo Ministério do Esporte.

O esporte e o lazer: questões de gênero, justiça social e equidade

As PP de esporte e lazer no Brasil têm sido pensadas de forma crítica há pouco tempo, neste sentido têm recebido contribuições das áreas das ciências sociais, das ciências políticas, do serviço social e também de profissionais e pesquisadores do campo da Educação Física.

Para Amaral e Pereira (2009) no campo das PP há um crescente número de investigações problematizando o processo de “*inserção-exclusão*” de minorias nas atividades do esporte e do Lazer, estruturando, analisando e distinguindo limites e avanços em contextos históricos determinados. Pinto (2008) e Mascarenhas (2005) reforçam a intensidade desses processos discriminatórios, especialmente quanto às PP de Lazer.

Marcelino (2008) em uma análise de estudos que focaram as PP voltadas às temáticas do esporte e do lazer, critica o entendimento de PP no Brasil ser isolado, setorial e não considerar a realidade das relações sociais em contextos diversos do país. Trata-se, assim, de um problema que precisa ser atacado no contexto da formulação das PP para a população

usuária destas atividades culturais. Incluímos, nesta perspectiva, as relações sociais fundadas nas temáticas da juventude, étnico-raciais e gênero.

Considerando os estudos anteriores e o contexto apresentado pelos autores quanto às temáticas do esporte e do lazer, analisamos, inicialmente, as contribuições e problematizações, neste debate, do documento intitulado “Perspectivas Negras: Construindo Políticas Públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2011b)” da SEPPIR.

Este documento trata do esporte e o lazer como práticas contribuidoras no processo de contenção do avanço do racismo, visando definitivamente a sua superação. Apresenta uma série de ações, projetos e programas governamentais desenvolvidos em parcerias entre a Secretaria do Ministério da Educação, Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria do Trabalho e Emprego e o Ministério do Esporte.

Em seu conjunto de projetos e programas apresenta o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado pelo Ministério do Esporte, com um papel significativo no combate a violência sexual em adolescentes e a potencialização da vida da juventude brasileira.

Fazendo referencia ao PELC a SEPPIR, no documento “Perspectivas Negras: Construindo Políticas Públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial”, busca consolidar um entendimento comum a respeito das especificidades e urgências que envolvem a intersecção entre raça e condição juvenil. Assim, desenvolvem a ideia de que seus programas, incluindo o PELC do Ministério do Esporte (ME), devem ser orientados pelo “princípio da equidade, tratando os desiguais de forma diferente para construir a igualdade” (BRASIL, 2011b, p. 17).

Neste sentido, o PELC desenvolvido pelo Ministério do Esporte (ME) apresenta-se, no documento “Perspectivas Negras: Construindo Políticas Públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial”, como umas das ferramentas de inclusão social e como possibilitador para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania de jovens entre 15 a 24 anos de baixa renda, em atividades sociais e esportivas.

Entendemos que estas iniciativas e defesas, apesar de terem “boas intenções”, por uma série de fatores, apresentam-se mais como um desafio ainda a ser trilhado pelos Ministérios e Secretarias do que como conquistas das minorias por emancipação, autonomia e cidadania.

Esta análise pessimista quanto alguns dos desafios instituídos na PP do PELC são por nós formuladas por diversos fatores que analisaremos a partir de agora. Inicialmente, trazemos as contribuições do professor Castellani Filho (2007). Afirma ele que este programa surgiu junto com a criação do ME no “Plano Plurianual” de 2004 a 2007. Defende também que o PELC foi criado com a finalidade de desenvolver um conjunto de ações de Esporte e Lazer a serem entendidos como um direito social e assim com base no princípio da “inclusão e democracia”. Entretanto, Castellani Filho (2007) afirma que o Programa sofreu nos três primeiros anos com baixos índices de financiamento, indicando que os seus resultados, em nível de alcance quanto à democratização do esporte e do lazer, ficaram aquém do planejado.

Diversos autores estudaram este programa governamental. Vieira et. al., (2011, p. 152), por exemplo, ao avaliar os resultados do PELC em nível nacional, demonstram que o mesmo proporcionou uma ampliação da política nacional de esporte na dimensão “participação e lazer”, mas defende a necessidade dos métodos e instrumentos de implementação do programa serem revistos. Isto com vistas a melhorar a aplicação dos recursos financeiros do ME e dos aportes financeiros providos das emendas parlamentares e dos convênios.

Já Almeida e Marchi Jr. (2010), ao buscar analisar os investimentos do governo federal, sob a forma de gastos diretos e repasses aos estados e municípios, em ações de esporte e lazer no período de 2004 a 2008, constataram que a prioridade foi para o esporte de rendimento, totalizando 81% e menos de 8% para as manifestações de esporte educacional e participação.

Como já apontou Vieira et. al., (2011), o programa deveria potencializar em especial a geração de PP locais construídas com a participação das comunidades, considerando seus objetivos e desejos relacionados às áreas de esporte e lazer no Brasil.

Buscando reverter este quadro de exclusão social das minorias de gênero e étnico-racial, defendemos que as PP de esporte e lazer deveriam contribuir para construção de modelos de PP pautadas no exercício da cidadania e da participação social. Para isso precisariam ser pensadas e executadas conforme sinaliza Mascarenhas (2005, p. 178) privilegiando a “construção e valorização de formas pedagógicas” que considerem as condições concretas de vida dos participantes e problematizem as contradições da vida e do grupo. Assim, buscando também via as práticas do/no Lazer, “uma possibilidade de empoderamento das classes populares” (MASCARENHAS, 2005, p. 179).

Enquanto Tschoke et. al., (2011) reforçam esta necessidade apontando ser a autonomia do cidadão agregadora da dimensão, ações coletivas e participativas nas atividades de Lazer. Considerando o princípio da autonomia potencializar-se-ia as apropriações “dos espaços públicos, de forma que a comunidade compreenda as vantagens das experiências e os tempos de lazer que os cercam” (TSCHOKE et. al., 2011, p. 133).

A partir destas análises consideramos que a aposta da SEPPIR no PELC é importante, mas precisa considerar as avaliações realizadas sobre este programa e a realidade em que se encontram a PP voltadas para o esporte e o lazer no Brasil, indicando, na maioria dos estudos, como vimos, a necessidade de revisão para que alcancem seus objetivos e resultados formulados.

Outro importante documento selecionado foi a edição especial da “Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero” (BRASIL, 2012). Este material, dentre os documentos analisados, foi a que mais tematizou a participação das mulheres no esporte brasileiro. A revista afirma ter incluído este tema por sua relevância social, no tocante à Política Nacional para as Mulheres - PNPM (2012-2015).

Nesta edição especial da revista o esporte é defendido como um fenômeno social capaz de integrar pessoas de diversas origens sociais, culturais e étnicas, não devendo, portanto, restringir-se, nas PP brasileiras, exclusivamente a sua compreensão hegemônica relacionada à dimensão da atividade física e da competição de alto rendimento (BRASIL, 2012).

Mesmo defendendo esta concepção ampliada do fenômeno esportivo, a revista alerta para uma contradição. O esporte apesar de contribuir para melhoria da qualidade de vida das mulheres, tem sido pouco pensado para combater os desafios e barreiras constantes para a igualdade de gênero. Apresenta uma reflexão a partir do esporte sobre o cenário que se abre para a incidência das PP de igualdade de gênero no Brasil. A revista traz um resumo da participação brasileira nas olimpíadas de Londres, no ano de 2012, apontando que as mulheres ganharam 17 medalhas nas dimensões olímpicas e paralímpicas.

Em contrapartida, Goellner (2012, p. 73), no mesmo material, indica que houve evidência para “algumas modalidades pouco relacionadas à *performance* socialmente compreendida como feminina, tais como o boxe, o pentatlo, o judô olímpico e paralímpico”.

Segundo Goellner (2012), nas discussões da participação feminina no esporte, esta inclusão mais efetiva deve ser comemorada se for considerado o longo processo histórico de inserção e aceitação das mulheres nos esportes olímpicos no mundo. Justificando suas análises, ela aponta que, historicamente, as atletas foram excluídas da dimensão alto rendimento sob a justificativa de que tal prática não era própria para a sua frágil natureza, com um forte discurso voltado para a maternidade e para a feminilidade. Esta realidade também ocorreu no Brasil, que a despeito de ter mulheres na prática esportiva há tempos, estas não eram incentivadas no âmbito do alto rendimento.

Goellner (2012) adverte que em outras dimensões do esporte, como a vivência cultural e de lazer, considerando a situação das mulheres nacionalmente, há muito a ser conquistado em termos de democratização, pois nas PP existem um direcionamento de grande parte dos projetos sociais de esporte e lazer para o sexo masculino. Ficando também descobertas iniciativas dirigidas para alguns grupos sociais, como as mulheres indígenas e rurais (BRASIL, 2012).

Corroborando com este entendimento, Bonalume (2008) defende que o Estado brasileiro precisa pensar em PP para o Lazer tendo como foco principal a intergeracionalidade, o atendimento das demandas das minorias e, ao mesmo tempo, considerar as diferenças culturais da população brasileira. Além disso, aponta como desafio ao Ministério do Esporte, construir políticas estratégicas que valorizem os códigos culturais e símbolos comuns construídos por pessoas ou grupos de coletividades que buscam o bem comum, as dimensões do conflito e das diferenças.

Em última análise sobre a revista (BRASIL, 2012), destacamos que as marcas da história também têm peso no delineamento das PP de esporte e lazer considerando as questões étnico-raciais e de gênero. Por exemplo, Goellner (2012) problematiza o fato dos discursos e das práticas esportivas da política nacional terem sido pautados nos ideais “eugênicos e nacionalistas” e, assim, tiveram como consequência a pouca participação das mulheres em diferentes instâncias culturais e, também, nas questões da possibilidade de praticar. Em sua visão, reforçavam a não democratização do esporte para o conjunto das mulheres brasileiras. Como também a política vigente sempre invisibilizou a presença de mulheres negras e delegava às brancas “saudáveis e belas” da classe média e da elite a tarefa de “civilizar, elevar e redimir o Brasil” (GOELLNER, 2008, p. 23).

As análises dos documentos privilegiados neste artigo nos permitem inferir que, recentemente, as publicações governamentais têm assumido o discurso da equidade e da justiça social, em contraposição às marcas históricas criadoras de desigualdades de acesso, sobretudo se considerarmos as questões étnico-raciais e de gênero. Contudo, entendemos que estas são tarefas do Estado brasileiro e, também, de toda a população que deve se convidar a um exame de consciência e indignação quanto aos processos discriminatórios que reforçam e determinam a exclusão social e as consequentes dificuldades nas condições gerais da vida. O que de certa forma diminui as possibilidades das minorias de gênero e étnico-raciais em vivenciar o esporte e o lazer.

Neste sentido, Sampaio (2009) traz uma contribuição ao discutir as questões de gênero, raça, etnia na atualidade, na perspectiva da justiça social. A autora nos convida a assumir o compromisso de “*indignar-se* coletivamente, assumindo simultaneamente a crítica à realidade, a afirmação da esperança e da re-invenção das relações de modo que a discriminação, a hierarquização e a exclusão não sejam as regras do jogo cotidiano das pessoas [...]” (SAMPAIO, 2009, p. 2).

Sampaio (2009) lembra, também, que os aspectos legais dos direitos humanos estão delineados, garantidos e protegidos pelo Estado e Nação, mas que, na prática, estão distantes de serem efetivados de forma ampla. Isto porque, eventos de violência aos direitos humanos para com as mulheres acontecem de forma indiscriminada e em volume assustador no mundo, principalmente quando se trata de mulheres pobres, negras ou índias. E, assim, adverte que a concepção das relações sociais de gênero implica em uma nova forma de assumirmos, não a intenção somente em dar “visibilidade a mulher e/ou grupos de oprimidos”, mas assumir um novo paradigma e “desvelar o jogo de poder e discursos normativos que resultam em ‘controle social’” (SAMPAIO, 2009, p. 3).

Diante destas análises, o que podemos dizer é que os processos de formulação das PP de esporte e lazer necessitam ser revistos para que assumam mais a visibilidade dos grupos minoritários e passe realmente a considerar na estruturação das PP o direito social à estas práticas.

Considerações finais

Este texto teve por objetivo analisar introdutoriamente como as publicações oficiais brasileiras que orientam as PP para as minorias, em especial, como estão voltadas para as questões étnico-raciais, mulheres e juventude, focando as condições gerais de vida da população e relacionando as demandas do esporte e o lazer.

As discussões trazidas até aqui demonstram uma conexão com a exclusão social destas minorias nas PP em geral, sobretudo as relacionadas ao esporte e ao lazer.

Em resumo, podemos dizer que estas PP têm avançado com a finalidade de dar visibilidade aos movimentos reivindicatórios destas minorias. Ao mesmo tempo, podemos avaliar que o Brasil somente iniciou este processo. Precisa deste modo, reafirmar seu compromisso em ampliar as políticas de enfrentamento ao racismo, ao etnocentrismo, a discriminação das mulheres e da juventude brasileira, de modo especial, no tocante aos negros. Algo essencial à democracia plena, à justiça social e como consequência a ampliação das possibilidades de participação destas minorias nas vivências do esporte e do lazer nacional.

Não restam dúvidas de que as PP para as minorias foram ampliadas com programas nacionais relacionados às políticas de cotas, abertura de espaços de trabalho para a juventude negra e a geração de políticas de esporte e lazer para jovens e mulheres. Mesmo assim, muito está por ser feito considerando que as PP no Brasil ainda estão marcadas por um viés universal e não focadas nas necessidades reais destas minorias, tão pouco no movimento de busca para a consolidação da participação social nas decisões em PP.

Assim, defendemos que as PP por ações afirmativas, no que se referem às temáticas do esporte e do lazer, devam se fundamentar pelo princípio da “redistribuição”, o que exige que o Estado deixe de lado o princípio da “declaração de boas intenções” e vá além das cotas e dos Programas pontuais para esta ou aquela identidade.

Neste sentido, as PP para as minorias precisam ser focadas na possibilidade de gerar potencial de vida e, conseqüentemente, melhores condições humanas focadas ao bem estar. O esporte e o lazer são ferramentas fundamentais neste sentido, mas deveriam ser problematizados como Políticas sociais que fortalecem a vida e proporcionam a aderência da população em práticas que foram criadas histórica e culturalmente. Portanto devem ser entendidas como direito social.

Como vimos apesar do PELC, principal programa de esporte e lazer nacional, ter sido criado com a perceptiva de garantir o direito social, o financiamento do governo federal não tem priorizado, historicamente, a dimensão participação esportiva e o Lazer, as quais poderiam incluir um número maior de mulheres, jovens e minorias étnico-raciais.

Enfim, as minorias étnico-raciais, mulheres e juventude brasileiras, precisam de PP de esporte e lazer que expressem suas lutas para construir a equidade social, a partir da construção coletiva, comunitária e participativa, princípios estes que geram a cidadania e da autonomia aos diferentes grupos. Assim, o esporte e o lazer como fenômenos culturais podem potencializar para uma vida com qualidade e contribuir neste processo de estruturar a equidade social. Logo, os formuladores das PP precisam privilegiar o respeito à diversidade, a aceitação das diferenças e o reconhecimento das pessoas independente do gênero, da etnia e da classe social. Esta tarefa demonstra ser um grande desafio necessário e inadiável na construção das Políticas Públicas no Brasil.

PUBLIC POLICIES FOR ETHNIC MINORITIES-RACE, WOMEN AND YOUTH: INTRODUCTORY NOTES ON THE AREAS SPORT AND LEISURE

Abstract

We aim to study an introductory analyze how Brazilian official publications that guide public policy for minorities, in particular those aimed at ethnic and racial groups, women and youth, has focused on the areas of sport and leisure. To this end we did a survey of recent benchmarks documents from various State Departments, especially the materials point of social inequality indicators, expanding the debate with other theorists area/theme. The results show that public policies historically have been expanded, but aimed at the stability of inequalities and need to be designed with new configurations to consider the principles of equity, participation and citizenship.

Keywords: Public Policies; Ethnic and racial minorities; Government Publications; Sport and Lesure

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LAS MINORÍAS ÉTNICAS-RACE, MUJERES Y JÓVENES: NOTAS INTRODUCTORIAS EN LAS ÁREAS DEPORTE Y OCIO

Resumen

Nuestro objetivo con este estudio es analizar en la introducción como publicaciones oficiales brasileños que guían las políticas públicas para las minorías, especialmente las dirigidas a los grupos, mujeres y jóvenes étnicos y raciales, se ha centrado las áreas deportivas y de ocio. Para ello hicimos un estudio de los puntos de referencia los recientes documentos de diversas Secretarías de Estado, especialmente los materiales indicadores de desigualdad social, ampliando el debate con otros teóricos de la área/tema. Los resultados indican que las Políticas Públicas, históricamente, se han ampliado, pero el objetivo de la estabilidad de las desigualdades y necesitan ser diseñados con los nuevos ajustes para considerar los principios de equidad, participación y ciudadanía.

Palabras clave: Políticas Públicas; Justicia Sociale; Publicaciones Gubernamentales; Deportes y Ocio

Referências

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 73-92, outubro/dezembro de 2010.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, setembro 2009.

ASSUMPÇÃO, Rodrigues Marta Maria. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 91p.

BRASIL, **Perspectivas Negras: Construindo políticas públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial**. Brasília/2011b www.seppir.gov.br <http://twitter.com/SEPPIR> <http://facebook.com/seppir.presidencia>.

BRASIL, **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011a. 39 p. : il. Com a participação de: ONU Mulheres, SPM, SEPPIR.

BREILH, Jaime. Las ciencias del deporte en la humanización de la vida: un movimiento emancipador. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 9-22, maio 2006.

BONALUME, Cláudia. Regina. **Controle social das políticas de lazer**. In Políticas Públicas de Lazer, org. MARCELINO, N. C. Campinas, São Paulo. Alínea, 2008.

BUENO, Luciano. Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese (doutorado) - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2008

CARVALHO, Yara. Maria de. Saúde, sociedade e vida: um olhar da educação física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 153-168, maio 2006.

CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007.

GOELLNER, Silvana. **Mulheres e Esporte sobre conquistas e desafios**. In: BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 91p.

GOELLNER, Silvana. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Recordes: Revista de História do Esporte**. volume 1, número 1, junho de 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, p. 43-78, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer e utopia**: limites e possibilidades de ação política. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, setembro/dezembro de 2005.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. **Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil**. In: Políticas públicas de lazer org. MARCELLINO, Nelson Carvalho; Campinas: Alínea, p. 43-78, 2008.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **A justiça social em perspectiva de gênero e raça**. In: Jose Lisboa Moreira de Oliveira. (Org.). Ensaio sobre justiça social: refazendo o caminho da vida e da paz. 1ª ed. Brasília - DF: Editora Universa, 2009, v. 1, p. 1-65.

TSCHOKE, Aline, et. al., As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 01, p. 117-136, janeiro/março 2011.

VIEIRA, Larissa Haddad Souza, et. al., **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011. 188p

.....
Recebido em: 30/03/2015

Revisado em: 16/05/2015

Aprovado em: 17/11/2015

Endereço para correspondência:

rlrneves@gmail.com

Ricardo Lira de Rezende Neves

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança.

Avenida Esperança, s/n - Campus Samambaia

Setor Itatiaia

74690-900 - Goiânia, GO - Brasil